

**A invisibilidade do jornalismo de dados em âmbito local:  
um estudo sobre a imprensa de Juazeiro do Norte**

*The invisibility of data journalism at the local level:  
a study on Juazeiro do Norte's Press*

Ivan SATUF<sup>1</sup>  
Cícero Rafael da SILVA<sup>2</sup>

**Resumo**

A consolidação dos mecanismos de transparência pública e a crescente disponibilidade de plataformas online favoreceram o jornalismo de dados. Contudo, a prática ainda está ausente ou é pouco explorada em regiões do interior do Brasil afastadas dos grandes centros urbanos. Tal assimetria gera prejuízos à democracia, pois reduz a dimensão investigativa do jornalismo. Portanto, este trabalho tem como objetivo central identificar e analisar os motivos que levam à invisibilidade do jornalismo de dados na imprensa de Juazeiro do Norte, no interior do Ceará. Por meio de entrevistas semiestruturadas com sete jornalistas profissionais com atuação na imprensa local, o estudo permitiu elaborar três eixos temáticos que ajudam a compreender o fenômeno: (1) rotinas de trabalho e infraestrutura dos dados nos portais da transparência; (2) assimetria entre esferas do poder público, vínculos políticos, censura e autocensura; (3) incipiente cultura de jornalismo de dados.

**Palavras-chave:** Jornalismo de dados. Lei de Acesso à Informação. Transparência pública. Democracia. Brasil.

**Abstract**

The consolidation of public transparency mechanisms and the increasing availability of online platforms have favored data journalism. However, this practice is still absent or underexplored in regions of inland Brazil, far from major urban centers. This asymmetry harms democracy, as it diminishes the investigative dimension of journalism. Therefore, this study primarily aims to identify and analyze the reasons behind the invisibility of data journalism in the press of Juazeiro do Norte, in the interior of Ceará. Through semi-structured interviews with seven professional journalists working in the local press, the study allowed for the development of three thematic axes that help explain the phenomenon: (1) work routines and data infrastructure in transparency portals; (2) asymmetry between spheres of public power, political ties, censorship, and self-censorship; (3) an incipient culture of data journalism.

**Keywords:** Data journalism. Access to Information Law. Public transparency. Democracy. Brazil.

<sup>1</sup> Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior/Portugal. Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri. E-mail: ivan.satuf@ufca.edu.br

<sup>2</sup> Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Cariri. E-mail: rafael.silva@aluno.ufca.edu.br

## Introdução

A abertura de dados públicos apresentou um expressivo crescimento na virada do século XX para o XXI. Conhecido como “governo aberto”, esse movimento tornou as ações governamentais em diversos países mais transparentes à sociedade (Cristóvam; Hahn, 2020; Oliveira; Ckagnazaroff, 2022). O Estado deve garantir o acesso à informação como um direito público, afinal “a democracia é idealmente o governo do poder visível, isto é, do governo cujos atos se desenrolam em público e sob o controle da opinião pública” (Bobbio, 2015, p. 29).

Entre as consequências da maior transparência pública está a ascensão do jornalismo de dados, conjunto de técnicas para coleta, análise e produção de informação a partir de bases de dados em busca de maior rigor metodológico e qualificação do conteúdo (Mancini; Vasconcellos, 2016; Träsel, 2017). A origem dessa especialização jornalística remete ao Jornalismo de Precisão nos anos 1970 (Gehrke; Mielniczuk, 2017) e, posteriormente, à Reportagem Assistida por Computador, nos anos 1980 (Oliviera, 2014). No entanto, o desenvolvimento consistente da prática em escala global ocorreu apenas décadas depois, com a consolidação de leis específicas voltadas aos mecanismos de transparência pública (Ferracioli, 2023; Ferracioli; Marques, 2020). No Brasil, o marco regulatório foi a promulgação, em 2011, da Lei 12.527, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI). Além de assegurar que dados governamentais estejam disponíveis de forma acessível, o arcabouço legal também capacita jornalistas a produzirem reportagens baseadas em evidências, perspectiva fundamental em sociedades democráticas.

Apesar dos avanços, pesquisas revelam uma acentuada assimetria regional em relação ao jornalismo de dados em redações brasileiras (Costa; Silva; Lavor, 2018; Nascimento; Lycarião, 2021; Vasconcellos; Mancini, 2016). Em geral, as iniciativas estão concentradas em núcleos urbanos localizados em regiões mais desenvolvidas e com maior poder econômico. Bastante diferente é o cenário em regiões interioranas afastadas das principais metrópoles, onde praticamente não se encontra produção jornalística vinculada à exploração de dados públicos. É o caso de Juazeiro do Norte, cidade localizada no extremo sul do estado do Ceará, a 500 quilômetros de distância da capital. Ainda que possua quase 300 mil habitantes e seja a principal cidade de uma macrorregião conhecida como Cariri, o jornalismo de dados não é uma prática frequente na imprensa local.

Diante do fenômeno descrito, esta pesquisa busca identificar e analisar as causas da invisibilidade do jornalismo de dados a partir de um estudo focado na realidade laboral de jornalistas profissionais que atuam na imprensa de Juazeiro do Norte. O estudo realiza entrevistas com estes profissionais para responder à questão central: Quais são os fatores que explicam a invisibilização do jornalismo de dados na produção de informação no contexto local?

### **Lei de Acesso à Informação e jornalismo**

A LAI garante a qualquer cidadão o direito a solicitar informações aos órgãos públicos e entidades que recebem recursos públicos, sem necessidade prévia de apresentar as motivações da requisição (Brasil, 2011). A regra se aplica em nível nacional, estadual e municipal a todas as instituições que compõem a estrutura do poder público: Executivo, Legislativo e Judiciário. Entre as diretrizes que regem a LAI está a “observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção” e, para cumprir tal preceito, existem dois mecanismos pelos quais as instituições devem disponibilizar as informações: transparência ativa e transparência passiva.

A transparência ativa refere-se às informações que devem ser disponibilizadas previamente, independentemente de solicitação específica. A divulgação dessas informações deve ser periódica, de fácil acesso, em formato aberto e não proprietário. Já a transparência passiva é a obrigação do poder público de disponibilizar informações mediante solicitação do cidadão, garantindo o direito de acesso quando não divulgadas espontaneamente (transparência ativa).

Apesar dos avanços, o cumprimento da LAI enfrenta problemas relacionados à infraestrutura dos órgãos, principalmente nos municípios, que dificultam a universalização do acesso à informação e criam uma assimetria na efetivação da lei. Em estudo realizado com jornalistas com experiência em jornalismo investigativo Dutra, Gonçalves e Paulino (2021, p. 10) identificaram que a qualidade do acesso à informação cai à medida em que a administração pública afunila”. Resultado semelhante foi encontrado por Silva *et al.* (2023, p. 26), que identificaram queixas dos jornalistas quanto à “inexistência ou má qualidade (quando existe) da política de dados abertos no nível municipal”.

Ao estudar os cinco primeiros anos após a implementação da LAI, Michener; Contreras; Niskier (2018) concluíram que o governo federal possui uma performance de respostas adequadas, enquanto os estados e, principalmente os municípios, são ineficientes no cumprimento da lei. Os resultados revelaram ausência ou imprecisão das respostas às solicitações enviadas a municípios, com um índice levemente melhor nas capitais dos estados. Além da falta de instituições fiscalizadoras mais fortes, os autores destacam que uma imprensa fraca e a influência política sobre a mídia local são entreves à abertura dos dados: “Políticos estaduais e municipais majoritariamente valorizam a opacidade em detrimento da transparência” (Michener; Contreras; Niskier, 2018, p. 613).

### **Assimetrias regionais no jornalismo de dados**

No contexto brasileiro, o jornalismo de dados é marcado por profundas assimetrias regionais, conforme evidenciado em amplo estudo desenvolvido por Vasconcellos e Mancini (2016). A pesquisa analisou 2.296 reportagens de 45 veículos em todos os estados brasileiros e revelou uma concentração significativa de produções no Sul e Sudeste do país, especialmente em São Paulo (33%) e Rio de Janeiro (14,5%). Em contraste, regiões como Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentam baixa produção, com alguns estados sequer registrando publicações de jornalismo de dados. A desigualdade reflete as disparidades econômicas e estruturais do país, onde veículos das regiões com maior atividade econômica investem em equipes especializadas e tecnologia, enquanto outras regiões enfrentam limitações de recursos.

Pesquisa desenvolvida por Costa *et al.* (2018) com jornalistas dos veículos O Povo e Diário do Nordeste revelou que a formação em jornalismo de dados é incipiente e depende majoritariamente de iniciativas individuais. Dos entrevistados, 60% afirmaram não haver políticas de formação continuada em suas empresas e apenas 40% participaram de cursos relacionados à prática, a maioria com foco em ferramentas básicas como planilhas eletrônicas. Nenhum dos profissionais dominava linguagens de programação, essenciais para elaboração de produtos mais avançados de análise e visualização de dados.

Os resultados obtidos por Costa *et al.* (2018) estão em linha com investigação nacional realizada por Ventura (2021), que reforça o caráter assimétrico do ensino de jornalismo de dados: entre as 305 instituições de ensino superior que ofertavam a graduação em jornalismo no país à época da pesquisa, apenas 88 (28,8%) tinham

disciplinas que trabalhavam com a vertente de jornalismo de dados. Em sua grande maioria, tais instituições se encontravam nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

O estudo de Costa *et al.* (2018) ainda aponta que os jornalistas cearenses demonstram compreensão conceitual do jornalismo de dados, associando-o à análise e curadoria de dados, mas enfrentam barreiras práticas. Segundo os pesquisadores, a falta de investimento em equipes especializadas e a carência de recursos tecnológicos limitam a produção de reportagens mais sofisticadas. Embora a LAI seja conhecida por 90% dos entrevistados, apenas 30% a empregaram em suas pautas, indicando subutilização de ferramentas disponíveis para apuração.

Em outro estudo sobre o uso de ferramentas de transparência públicas por jornalistas atuantes nos jornais O Povo e Diário do Nordeste, Nascimento e Lycarião (2021) analisaram questões e obstáculos que incidiam sobre a adoção ou não de tais ferramentas nos processos de apuração. A pesquisa elencou cinco obstáculos que dificultam o trabalho com as ferramentas de transparência: déficits na formação profissional, o desenho das ferramentas, o uso técnico destas ferramentas, a temporalidade das rotinas produtivas e a influência exercida pelos poderes político e econômico sobre a produção jornalística. Segundo os autores, “essas barreiras impostas à mediação da transparência se dão de modo tão integrado e de modo interdependente na produção de notícias que não é possível estabelecer, com precisão, qual delas teria mais peso ou relevância” (Nascimento; Lycarião, 2021, p. 103).

### **Procedimentos metodológicos**

O uso da LAI e das técnicas do jornalismo de dados pelos profissionais da imprensa envolve uma série de questões que vão além da simples retórica do “uso” ou “não uso” e do “tenho interesse” ou “não tenho interesse”. Mais do que quantificar o número de jornalistas que praticam o jornalismo de dados com suporte da LAI, este estudo se propõe a investigar como as experiências pessoais e as rotinas laborais interferem na adoção do jornalismo de dados em contexto local.

A investigação adota a entrevista semiestruturada como método principal por oferecer maior liberdade e fluidez na coleta de informação. Para Martino (2018, p. 115), esse tipo de entrevista é ideal quando o objetivo é “conhecer o pensamento do entrevistado sobre determinado assunto, dando uma margem de liberdade para suas

próprias considerações e mudanças de rumo, sem perder o recorte específico da pesquisa”.

O corpus desta investigação é composto por sete jornalistas atuantes na imprensa de Juazeiro do Norte (Tabela 1). As entrevistas ocorreram no período de 21 de fevereiro a 06 de março de 2024 e, com anuência dos participantes, foram gravadas em áudio e transcritas com a ajuda de software Celeste por garantir boa qualidade de transcrição em língua portuguesa.

Como forma de preservar a identidade dos participantes, seus nomes, bem como o nome das empresas em que atuam, não são mencionados no decorrer da análise. Os entrevistados são mencionados no texto a partir de numeração sequencial atribuída pela ordem cronológica da coleta dos dados: Entrevistado 1, Entrevistado 2, Entrevistado 3 e assim sucessivamente.

**Tabela 1.** Relação de jornalistas entrevistados

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO	DATA	TIPO DE VEÍCULO	ANO DE FORMAÇÃO
1	21/02/2024	TV	2017
2	26/02/2024	Digital	2023
3	28/02/2024	Rádio	2023
4	05/03/2024	Impresso	2019
5	04/03/2024	TV	2019
6	06/03/2024	Impresso	2021
7	06/03/2024	Digital	2017

Fonte: Os autores

Para condução das entrevistas, foi elaborado um roteiro básico com 22 perguntas, estruturadas em três tópicos: 1) informações relativas à formação acadêmica; 2) aspectos vinculados às rotinas produtivas; e 3) aspectos vinculados ao uso ou não da Lei de Acesso à Informação no processo de apuração jornalística.

### **Rotinas de trabalho e infraestrutura dos dados**

A atividade jornalística é atravessada por uma série de condicionantes: as rotinas diárias de produção, a estrutura das redações e os vínculos empregatícios. Nas regiões

interioranas afastadas dos grandes centros econômicos essas condicionantes são frequentemente marcadas por uma generalizada precarização laboral. Como diagnosticado por Pereira *et al.* (2023), os profissionais do Cariri, região onde está situada Juazeiro do Norte, são submetidos a extensas cargas horárias de trabalho, acúmulo de funções e má remuneração financeira, fenômeno igualmente identificado entre os entrevistados desta pesquisa.

Dos sete jornalistas consultados, seis relataram ter mais de um emprego ou acumular diferentes funções em suas empresas. O Entrevistado 1 desempenha o papel de coordenador de redação e repórter em uma emissora de televisão pela manhã, enquanto à tarde trabalha em um portal de notícias e contribui com duas emissoras de rádio, resultando em uma jornada de trabalho diária estimada em 12 horas. Da mesma forma, o Entrevistado 2, além de ser comentarista político em uma emissora de rádio, também assume o cargo de coordenador de redação e repórter em um site de notícias. Neste site, onde passa a maior parte do expediente diário, também acumula funções.

É uma carga horária muito além daquela que, digamos, seria normal para um jornalista. Para qualquer profissional, na verdade. Eu trabalho, todos os dias, dez horas por dia. Eu também sou responsável por 'dar uma de RH', então, faço escala de final de semana de feriado. Também sou repórter e colunista do site. Acaba havendo a necessidade de absorver uma série de outras demandas que estão lá, latentes, e que precisam que alguém resolva. Eu sou coordenador de redação, mas também sou pauteiro (Entrevistado 2).

Esses aspectos são significativos para compreender a ausência do jornalismo de dados, uma vez que o excesso de carga laboral pode impactar o processo de produção e apuração no dia a dia, especialmente na elaboração de narrativas que envolvem coleta e interpretação de bases de dados. Essa dimensão foi destacada pelo Entrevistado 2, ao afirmar que "Quando você tem um profissional exposto a uma carga de trabalho muito longa, esse profissional vai ter maiores dificuldades no dia a dia para executar aquilo que é do seu objetivo principal" (Entrevistado 2).

A sobrecarga de trabalho ou o excesso de responsabilidades profissionais repercute na produção de notícias. Nesse contexto, foi observada a ausência de reuniões de pauta para planejamento da produção. Mais do que mera formalidade, as reuniões de pauta são fundamentais para o planejamento do jornalismo de dados. Apenas o Entrevistado 5 mencionou ter reunião de pauta diária, os demais relataram apenas uma interação informal com o editor (entrevistados 3, 4 e 6), alinhamento por meio de

aplicativos de mensagens (Entrevistado 1) ou reuniões esporádicas para coordenação (entrevistados 2 e 7). Em sua maioria, os profissionais afirmaram autogerir suas pautas ou contar com sugestões enviadas por assessorias de imprensa. O Entrevistado 7, embora reconheça a importância das reuniões de pauta, explica que essas reuniões podem “engessar” e “prejudicar” o trabalho diário devido ao fluxo contínuo de produção realizado por um número limitado de jornalistas na redação.

Quanto ao uso de dados, alguns profissionais mencionaram não recorrer à LAI porque as assessorias fornecem todas as informações necessárias.

Ela [a LAI] não é tão útil aqui, porque a gente tem essa facilidade de adquirir essas informações. Eu, pelo menos aqui no Cariri, durante esses anos de atuação, nunca recebi uma negativa de dados da assessoria, por exemplo. Todos os dados que nós temos interesse em coletar são disponibilizados (Entrevistado 3).

Da mesma forma, o Entrevistado 1 conclui que no processo de obtenção de dados sobre o Poder Executivo municipal não há a necessidade de buscar informações via LAI, em sua vertente ativa ou passiva, pois os “assessores que estão lá têm a preocupação de repassar as informações corretas”. Ao ser indagado sobre o processo de checagem das informações recebidas pelas assessorias, o Entrevistado 7 afirmou que não tem costume de checar as informações recebidas. Ele enfatiza que esse comportamento é sintoma da alta demanda por produção noticiosa, que inviabiliza o processo de checar a informação: “Eu sei que deveria ser feito, mas na maioria das vezes, eu costumo confiar no que a própria assessoria mandou”. Esse resultado da investigação é particularmente relevante, pois o jornalismo de dados permite ao jornalista descobrir informações que, em muitos casos, as assessorias não têm interesse em divulgar.

O Entrevistado 4 destacou a demora nas respostas por meio de transparência passiva como um obstáculo ao uso da LAI como ferramenta de apuração jornalística. Segundo ele, há um abismo entre “o tempo para a execução da pauta e o deadline do recebimento dos dados”, que já o fez, inclusive, descartar algumas pautas.

Não é de hoje que a demora nas respostas via LAI é um obstáculo ao jornalismo de dados evidenciado em pesquisas acadêmicas (Ferracioli, 2023; Gonçalves; Paulino, 2023; Nascimento; Lycarião, 2021). O tempo de espera das respostas, que pode chegar a 30 dias no prazo regulamentar, é um fator desestimulante para o uso da LAI pelos jornalistas, haja vista que estes profissionais se encontram “premidos por rotinas de

fechamento de edição com tempo de apuração incompatível com a espera de uma resposta formal” (Gonçalves, F., 2020, p. 53).

A morosidade nas respostas também foi uma justificativa utilizada pelo Entrevistado 7. Segundo ele, a LAI, em especial sua vertente passiva, é útil para matérias que demandam um maior tempo de produção. Em sua perspectiva, são matérias diferenciadas, em que o repórter “vai atrás” e tenta trazer “algo diferente para deixar os leitores mais informados sobre o que tem sido feito com o dinheiro dos nossos impostos, por exemplo”.

Quanto à transparência ativa, surge outro obstáculo: a dificuldade em encontrar informações devido à infraestrutura precária dos sites, principalmente dos órgãos locais, e à defasagem dos dados disponibilizados. Ao tentar fazer uma matéria sobre o número de servidores e os salários em uma prefeitura da região, o Entrevistado 5 desistiu devido à dificuldade em encontrar os dados e à desatualização das informações disponíveis. Em sua opinião, isso acontece de forma deliberada, pois "eles [os gestores] não querem atualizar os dados para que nós [jornalistas] não tenhamos acesso".

Para o Entrevistado 4, trata-se de um fenômeno estrutural causado pela falta de vontade política em promover transparência e disponibilizar informações. De forma semelhante, o Entrevistado 3 explicou que, especialmente em cidades menores, predomina a “velha política”, na qual tanto situação quanto oposição operam na lógica da falta de transparência, e a população não é incentivada a exigir transparência dos gestores. Além disso, na visão do entrevistado, a falta de veículos jornalísticos que cobrem uma postura mais transparente em relação aos recursos públicos de prefeituras e câmaras municipais contribui para essa situação.

Nos municípios menores, o que existem são verdadeiros desertos informativos. Nesse caso, se ninguém está perguntando, se ninguém está questionando, se não tem imprensa indagando, se não tem ninguém cobrando a atualização desses portais, não há necessidade, na visão desses gestores, de publicizar e divulgar as informações ao público. As ferramentas de nível estadual e federal são mais fáceis de serem acessadas porque você tem uma cobertura mais densa, mais efetiva dos veículos de comunicação (Entrevistado 2)

## Assimetria entre poderes, vínculos políticos, censura e autocensura

Além das esferas federal, estadual e municipal, a LAI também opera de forma heterogênea entre os três poderes da República: Executivo, Legislativo e Judiciário. Neste contexto, observa-se também uma discrepância na cobertura jornalística, sobretudo entre os poderes Legislativo e Judiciário (Ferracioli; Marques, 2020). De acordo com o Entrevistado 3, a mídia tende a focar majoritariamente na cobertura do Executivo, devido à percepção de que, tanto no contexto da LAI quanto em outras instâncias, o acesso às informações é mais fácil. Em linha semelhante de argumentação, o Entrevistado 1 aborda a disparidade de acesso ao mencionar um desconhecimento sobre os agentes do Poder Judiciário: “Eu sei quem são os vereadores, sei quem são os prefeitos, mas não sei quem são os juízes, não os conheço”. A dificuldade de acesso ao Judiciário também é destacada pelo Entrevistado 4, que compara o sistema a uma “caixa preta”, na qual os procedimentos ocorrem à sombra e sob sigilo.

Além das dificuldades relacionadas ao acesso à informação, duas outras situações foram identificadas nas entrevistas: a falta de interesse em cobrir o Judiciário e o receio de retaliações. A apuração realizada por meio das técnicas do jornalismo de dados pode revelar suspeitas envolvendo autoridades e, por isso, é vista como uma atividade arriscada pelos profissionais da imprensa de Juazeiro do Norte. Um exemplo está presente em uma reflexão do Entrevistado 6, que pode ser interpretada como autocensura.

Eu me sinto um pouco intimidado a falar da justiça. Eles têm o poder de decidir muita coisa, e, se quiserem, podem perseguir os denunciadores. Quanto a nós, jornalistas, eles podem se utilizar desse local de julgadores para nos tirarem “do meio”, através da proibição do nosso ofício. Sabemos que há no judiciário corrupção, tanto quanto existe nas outras esferas e espaços de poder. Entretanto, estamos falando de um grupo com muitos poderes. Eu posso até escrever matérias de denúncias sobre o judiciário, desde que esta tenha sido apurada e publicada por outro veículo.

Além dos aspectos já mencionados, as disparidades na cobertura entre os poderes podem ser interpretadas como um reflexo das conexões que certos veículos de comunicação mantêm com políticos locais. Embora não seja uma característica inerente apenas às mídias locais, Peruzzo (2005, p. 78) argumenta que a relação entre os veículos de comunicação e os políticos tende a ser mais estreita em nível local, o que pode comprometer a qualidade das informações divulgadas devido ao "tratamento parcial da

informação e até mesmo a omissão de fatos, resultante das afinidades políticas com os detentores do poder local e dos interesses financeiros dos proprietários da mídia”. Nas palavras do Entrevistado 4, essa proximidade excessiva entre os meios de comunicação e os setores políticos e econômicos prejudica a função fiscalizadora do jornalismo, especialmente quando essa proximidade se transforma em "promiscuidade".

Ao avaliar a situação regional, o Entrevistado 2 observa que muitos políticos estão habituados a um tipo de jornalismo mais "favorável" em vez de um jornalismo mais "crítico", devido a relacionamentos antigos com comunicadores ou proprietários de veículos de comunicação. Além disso, a dependência dos veículos de comunicação em relação à publicidade governamental, como a proveniente das prefeituras, revela outra faceta: o investimento em publicidade é muitas vezes pensado, erroneamente, como moeda de troca pela complacência ou pelo silêncio da mídia. Ambas as situações resultam em casos de censura e autocensura que podem acontecer de diferentes formas e em vários aspectos, e que põem em xeque a atuação do jornalista.

As minhas maiores dores, os momentos em que eu mais me questionei se eu estava no lugar certo, fazendo a coisa certa, foi quando eu fui censurado. Censurado sem nenhum pudor, quando retiraram a minha matéria do ar sobre um determinado prefeito, só pelo fato da prefeitura em questão ter publicidade no site. Censurado também quando fiz uma pergunta a um determinado político ao vivo em uma rádio, e a própria produção me repreendeu e disse que ele [o político] não precisava responder a minha pergunta. Sem contar as vezes em que isso ocorre de forma sutil, que podem ser descritas como “não põe essa informação”, “não cita determinada pessoa”, “não põe isso no título” (Entrevistado 2).

Em conformidade com o relato do Entrevistado 2, o Entrevistado 1 observa que, em certas circunstâncias, a prática da censura ou autocensura é motivada pela necessidade de garantir a continuidade do veículo jornalístico, uma vez que "para manter, por exemplo, o seu jornal no ar, você precisa daquela instituição pública para sustentar os seus custos. Existem pais e mães de família que dependem desses empregos". Além dessa percepção, o Entrevistado 1 ainda ressalta outra preocupação compartilhada pelo Entrevistado 4: a sensação de insegurança. Segundo o profissional, há certos temas sobre os quais é melhor evitar falar “para a gente se manter vivo”.

## A incipiente cultura de jornalismo de dados

Por fim, o derradeiro obstáculo mencionado pelos jornalistas é a incipiente cultura de jornalismo de dados na imprensa local, conforme exposto nos estudos de Silva *et al.* (2024) e confirmada por meio das respostas fornecidas pelos profissionais que participaram desta pesquisa.

Na ótica do Entrevistado 7, o atual contexto, marcado pela disponibilização de dados públicos e a capacidade de lidar com dados de múltiplas formas, deveria estimular uma maior produção de jornalismo de dados na imprensa local. Ele argumenta que "a região é vasta, com 29 municípios, oferecendo um amplo material para análise e transformação em conteúdo informativo para o público". De fato, a disponibilidade de dados no ambiente digital é apontada como um dos catalisadores para o aprimoramento e expansão do jornalismo de dados (Brenol; Weber, 2020; França; Alves, 2020). Entretanto, esta pesquisa confirmou outra dificuldade: a capacitação e conhecimento técnico dos jornalistas que, em sua maioria, não foram instruídos durante o período de formação acadêmica.

Dos 7 entrevistados, apenas 2 afirmaram ter tido contato com disciplinas relacionadas ao jornalismo de dados durante a formação universitária. Dois jornalistas mencionaram que, ao produzirem reportagens baseadas em dados, precisaram da assistência de outros colegas, devido à linguagem técnica empregada, complexidade das planilhas e a quantidade de informações a serem processadas. Apesar disso, outros dois jornalistas, mesmo sem terem estudado jornalismo de dados durante a graduação, afirmaram possuir certa proficiência em ferramentas de extração, manipulação e visualização de dados, adquirida após a conclusão de cursos na área.

Aqueles que disseram ter tido contato com disciplinas voltadas ao jornalismo de dados durante a graduação enfatizaram que o conhecimento foi um diferencial relevante, ainda que a prática não seja empregada no dia a dia devido aos diversos fatores explicitados nesta pesquisa. Através dos conhecimentos obtidos na universidade, o Entrevistado 2 afirma que consegue ter mais facilidade em construir narrativas com o uso de dados, embora de forma "mediana" e "dentro da necessidade que tem no dia a dia".

Todos os jornalistas reafirmaram a importância do ensino de jornalismo de dados, conforme pontua o Entrevistado 6:

As pessoas questionam muito. O cidadão questiona muito. Para nós jornalistas, é fundamental o conhecimento técnico das coisas, afinal, sem ele não conseguimos realizar o trabalho de tradutor entre o poder e a população. Se a população for bem instruída, ela terá mais conhecimento sobre o quanto o seu prefeito gastou, economizou, investiu e assim, eles terão mais conhecimento para a escolha no momento do voto (2024).

A pandemia de Covid-19 foi um marco significativo destacado pelo Entrevistado 4, que o motivou a pesquisar e estudar mais sobre jornalismo de dados:

A pandemia, mesmo sendo um período ruim, foi um divisor de águas, que mostrou a importância do trabalho com dados. A necessidade de informações sobre quantidade de infectados, internados e óbitos, mostrou para os profissionais da imprensa que, hoje, é fundamental saber trabalhar e manusear dados para construir narrativas jornalísticas.

O profissional afirma hoje está focado em aprender conteúdos mais aprofundados relacionados a linguagens de programação, como Python e R. Conforme destaca Ventura (2021, p. 164), mesmo não sendo uma obrigação do jornalista, a programação “é um recurso útil para trabalhar com grandes volumes de dados, automatizar processos de coleta, cruzar bancos de dados e até criar visualizações”. Também é interessante notar que o Entrevistado 4 apresenta o que Oliveira; Angeluci (2019, p. 407) chamam de “aprendizado autodirecionado” do jornalismo de dados, ou seja, uma busca individual e autônoma de conhecimento “de acordo com seus interesses”. O aprendizado autodirecionado é um sintoma da ausência do ensino estruturado de jornalismo de dados nos cursos de graduação.

### **Considerações finais**

O jornalismo é, primordialmente, uma ferramenta pedagógica a serviço dos cidadãos e, nessa concepção, ao fazer uso da LAI e do jornalismo de dados, a imprensa colabora para o escrutínio dos bastidores do poder, frequentemente escondidos do público pela cultura do sigilo. Essa opacidade pode se manifestar de diversas maneiras, como na má qualidade dos sites governamentais que dificultam o acesso aos dados, na falta de atualização dessas informações, nas negativas em responder solicitações ou até mesmo no descumprimento da própria LAI.

Partindo desses pressupostos e da evidente invisibilidade do jornalismo de dados em regiões interiorizadas do Brasil, este estudo investigou como o jornalismo de dados é compreendido pelos jornalistas na imprensa de Juazeiro do Norte, no interior do estado do Ceará. Os relatos compartilhados dos profissionais demonstram que a LAI ainda não é amplamente reconhecida e utilizada pelos jornalistas no processo de produção de reportagens. Nas entrevistas, os jornalistas compartilharam obstáculos ao jornalismo de dados, agrupados em três tópicos: 1) rotinas de trabalho e infraestrutura dos dados; 2) assimetria entre poderes, vínculos políticos, censura e autocensura e 3) incipiente cultura de jornalismo de dados.

Entre as questões pontuadas, ficou nítido entre os profissionais que a LAI é uma ferramenta importante para a produção de reportagens que exigem um maior tempo de apuração, haja vista que a produção factual exige agilidade para publicação em curto espaço de tempo. Como ressaltou o Entrevistado 4, há um abismo entre “o tempo para a execução da pauta e o deadline do recebimento dos dados” solicitados por meio de transparência passiva, o que dificulta o exercício do jornalismo de dados.

Outro fator evidenciado pelos jornalistas foi a falta de tempo para realizar a produção de matérias que envolvem uma apuração mais aprofundada com base em dados. Muitos profissionais relataram estar submetidos a sobrecarga de trabalho e, devido a isso, o processo destinado à produção, apuração e checagem é reduzido para atender à demanda informacional do dia a dia. Assim, nessa empreitada, entram em jogo as assessorias de imprensa, canais que cumprem um papel central na rotina de pautas jornalísticas do dia a dia e no suprimento de dados públicos para a construção de reportagens. Aqui cabe uma reflexão sobre uma postura ingênua ou certa ignorância dos jornalistas entrevistados nesta pesquisa. Eles parecem desconhecer o potencial do jornalismo de dados ao demonstrarem plena satisfação com as informações recebidas das assessorias de imprensa.

Uma questão observada durante a pesquisa foi relativa à infraestrutura dos dados e dos sites dos órgãos públicos. De forma unânime, os jornalistas apontaram a baixa qualidade dos dados, especialmente das prefeituras de cidades menores, como fator que dificulta o trabalho fiscalizador do jornalismo. Entre as queixas feitas, está a de que os órgãos devem priorizar a adoção de sites mais didáticos e fáceis de navegação, além da atualização periódica dos dados abertos. Este resultado está em sintonia com pesquisas sobre jornalismo de dados e demonstra a necessidade de maior pressão pública por uma fiscalização eficiente dos mecanismos de transparência em nível municipal.

Além disso, também ficou nítido que a dependência dos veículos de comunicação em relação aos interesses políticos e econômicos locais também compromete o trabalho fiscalizador do jornalismo, levando muitas vezes à censura ou autocensura. São práticas que minam a liberdade de imprensa e contribuem para a perpetuação da opacidade em diversos níveis de poder. Por se tratar de um tema sensível para a prática jornalística e que se revela em diferentes perspectivas, a censura e a autocensura devem ser alvo de pesquisas futuras sobre o jornalismo de dados, visto que se trata de uma especialização correlata ao jornalismo investigativo e, por isso, muito exposta a intimidações e coerções de poderes locais.

Por fim, e não menos importante, a incipiente cultura do jornalismo de dados é outro obstáculo apontado pelos jornalistas. Muito associado à utilização da LAI, o jornalismo de dados, embora tenha se desenvolvido principalmente em decorrência da maior disponibilidade de dados públicos, ainda não é uma prática frequente nas redações brasileiras, sobretudo em cidades distantes das capitais e grandes centros urbanos. A ausência de conteúdos específicos de jornalismo de dados nos cursos de graduação em jornalismo foi um ponto elencado pelos profissionais, que justificam o não uso da LAI ou a ausência de matérias fundamentadas em dados pela dificuldade técnica e instrumental impostas a essa prática.

Diante do exposto, indagou-se aos jornalistas que caminhos poderiam contribuir para reverter a invisibilidade do jornalismo de dados na imprensa de Juazeiro do Norte. Na maioria das propostas de intervenção, a educação se fez presente. Os profissionais apontaram a introdução de disciplinas obrigatórias sobre jornalismo de dados e Lei de Acesso à Informação nos cursos de graduação em jornalismo como um caminho a ser adotado. Também foi defendida a execução de projetos de extensão universitária destinados aos profissionais já atuantes na imprensa sobre a importância e as potencialidades da LAI enquanto ferramenta jornalística. Por fim, o Sindicato dos Jornalistas do Ceará também foi apontado como um órgão importante nesse trabalho de educação em escala local.

## Referências

BOBBIO, N. **Democracia e segredo**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BRASIL. Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm), 2011.

BRENOL, M. V.; WEBER, M. H. **Interesse público e política na prática do jornalismo de dados no Brasil**. 2020, Compós, 2020. p. 1–27.

COSTA, R. R.; SILVA, N. R.; LAVOR, T. M. DE O. **O saber e o fazer jornalismo de dados no Ceará: um estudo sobre formação profissional e o uso de técnicas e ferramentas**. 2018, São Paulo: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, 2018. p. 1–19. Disponível em: <[www.abraji.org.br](http://www.abraji.org.br)>.

CRISTÓVAM, J. S. DA S.; HAHN, T. M. Administração pública orientada por dados: governo aberto e infraestrutura nacional de dados abertos. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, v. 6, n. 1, p. 1–24, 2020.

DUTRA, L. P.; GONÇALVES, F. E.; PAULINO, F. O. **A consolidação do direito de acesso à informação: trajetória da LAI na perspectiva de jornalistas**. 2021, [s.n.], 2021. p. 1–20. Disponível em: <[www.compos.org.br/www.compos.org.br/anais\\_encontros.php](http://www.compos.org.br/www.compos.org.br/anais_encontros.php)>.

FERRACIOLI, P. **Quão transparente é um país? Uma análise comparada das leis de acesso à informação**. 2023, São Paulo: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, 2023. p. 1–18.

FERRACIOLI, P.; MARQUES, F. P. J. **O Jornalismo como agente da transparência pública no Brasil: A cobertura noticiosa no caso da Lei de Acesso à Informação**. Observatorio (OBS\*), v. 14, n. 2, p. 16–37, 2 jun. 2020.

FRANÇA, H.; ALVES, S. T. F. Dados em questão: a formação de Jornalistas brasileiros e o acesso e uso de dados abertos na produção de notícia. In: VALENZUELA, N. S.-G.; ÁLVAREZ, S. A. (Org.). **Los medios de comunicación como agentes de educación social**. [S.l.]: Ediciones Egregius, 2020. p. 143–160.

GEHRKE, M.; MIELNICZUK, L. Philip Meyer, the outsider who created Precision Journalism. **Intexto**, p. 4–13, 23 maio 2017.

GONÇALVES, F. **A Lei de Acesso à Informação como ferramenta de apuração: uma análise do uso da LAI por jornalistas**. 2020. 1–177 f. Dissertação – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2020.

GONÇALVES, F. E.; PAULINO, F. O. **A resposta pode demorar: uma análise do uso da Lei de Acesso à Informação por jornalistas durante a pandemia no Brasil**. 2023, São Paulo: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, 2023. p. 1–16. Disponível em: <[www.abraji.org.br](http://www.abraji.org.br)>.

MANCINI, L.; VASCONCELLOS, F. **Jornalismo de dados: conceito e categorias**. Fronteiras - estudos midiáticos, v. 18, n. 1, p. 69–82, 2016.

MARTINO, L. M. S. **Métodos de pesquisa em Comunicação: projetos, ideias, práticas**. Petrópolis: Vozes, 2018.

MICHENER, G.; CONTRERAS, E.; NISKIER, I. From opacity to transparency? Evaluating access to information in Brazil five years later. **Revista de Administracao Publica**, v. 52, n. 4, p. 610–629, 1 jul. 2018.

MIELNICZUK, L.; TRÄSEL, M. Jornalismo guiado por dados como inovação profissional e seus desafios para a educação. **Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 609–629, 2017.

NASCIMENTO, T.; LYCARIÃO, D. Apuração com ferramentas de transparência: cinco obstáculos na mediação jornalística da informação pública. **Compólitica**, v. 11, n. 1, p. 81–110, 3 nov. 2021.

OLIVEIRA, A. P.; ANGELUCI, A. Competências e habilidades no jornalismo de dados: percepções sobre o perfil do profissional brasileiro. **Brazilian Journalism Research**, v. 15, n. 1, p. 398–417, 2019.

OLIVEIRA, D. J. S.; CKAGNAZAROFF, I. B. **A Transparência como um princípio-chave de Governo Aberto**. v. 14, n. 3, 2022.

OLIVIERA, A. R. DE. **Do RAC ao JGD**: evolução computacional das práticas de investigação jornalística por meio de dados. Anais do I Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, n. 1, p. 1–10, 2014.

PEREIRA, D. O.; SOUSA, D. R.; RODRIGUES, L. C. S. **Da CLT às gambiarras**: a situação laboral de jornalistas na região metropolitana do Cariri cearense 1. 2023, Brasília: SBPJor, 2023. p. 1–16.

PERUZZO, C. M. K. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**, v. 26, n. 43, p. 67–84, 2005.

SILVA, C. R.; SILVA, K. DE S.; SATUF, I. **Entraves ao jornalismo de dados na imprensa regional**: diagnóstico a partir da formação e das rotinas de trabalho de jornalistas caririenses. 2024, Juazeiro do Norte: UFCA, 2024. p. 546–554.

SILVA, S. P. DA et al. Jornalismo de dados e a qualidade dos dados abertos governamentais no Brasil. **Compólitica**, v. 12, n. 2, p. 5–32, 12 mar. 2023.

TRÄSEL, M. Jornalismo guiado por dados e cultura profissional. In: MARTINS, G. L.; REINO, L. S. A.; BUENO, T. (Org.). **Performance em ciberjornalismo**: tecnologia, inovação e eficiência. Campo Grande: Ed. UFMS, 2017. p. 95–106.

VASCONCELLOS, F.; MANCINI, L. **As assimetrias regionais da prática do jornalismo de dados no Brasil**. III Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, p. 1–29, 2016.

VENTURA, M. P. **O ensino de jornalismo de dados**: desafios e possibilidades. 2021. 247 f. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.